

PETIÇÃO 8.961 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : SOB SIGILO
ADV.(A/S) : SOB SIGILO

DECISÃO

Trata-se de pedido formulado pela autoridade policial designada nestes autos, requerendo a PRORROGAÇÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA de OSWALDO EUSTAQUIO FILHO.

Narra que *“No dia 26 de junho de 2020, a Polícia Federal cumpriu, por determinação de Vossa Excelência, a ordem de prisão temporária de Oswaldo Eustáquio Filho, na cidade de Campo Grande, MS, considerando a necessidade de acessar dados que estavam em seu poder e o risco de evasão, ma vez que ele esteve na região de fronteira com o Paraguai. Os equipamentos apreendidos em seu poder já estão sendo processados, podendo apontar outras oportunidades de atuação da PF diante da exploração em curso. Aproxima-se, porém, o fim do período da prisão, ao mesmo tempo em que há necessidade de assegurar que a investigação policial não seja prejudicada com a possibilidade de soltura decorrente do fim do prazo legal de prisão temporária”*.

Sustenta que:

“Como toda medida cautelar, necessário demonstrar a proporcionalidade e adequação das medidas ora propostas, no interesse do Inq 4828-DF e das investigações policiais em curso.

Há indícios do envolvimento do ora custodiado em fatos que estão sob apuração e que guardam relação com ações de potencial lesivo considerável, considerando que as manifestações promovidas por OSWALDO EUSTÁQUIO, tanto em mídias sociais, quanto fisicamente, em movimentos de rua, têm instigado uma parcela da população que, com afinidade ideológica, tem sido utilizada para impulsionar o extremismo do discurso de polarização e antagonismo, por meios ilegais, a Poderes da República (Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional).

Da mesma forma, mantêm-se firmes os argumentos utilizados na representação policial pela decretação da prisão temporária, considerando que o cidadão preso se inclui tanto no núcleo produtor de conteúdo, como se relaciona com os operadores de pautas ofensivas ao Estado Democrático de Direito, sendo imprescindível diminuir o risco de atos de interferência ou prejudiciais à investigação que Oswaldo Eustáquio Filho, ma vez solto, possa realizar.

Registre-se ainda que, ao ser preso, Oswaldo Eustáquio indicou como sua residência o endereço que a PF já identificou como sendo de seu genitor, permanecendo obscura sua localização em Brasília, cidade onde vive de fato”.

Ao final, requer: *“apontada a plausibilidade de ocorrência dos fatos descritos nas hipóteses criminais já apresentadas por parte do ora custodiado e estando demonstrada a necessidade de prosseguimento da medida gravosa de segregação de integrante de grupo que se apresenta vinculado aos fatos, representa a Vossa Excelência pela prorrogação da PRISÃO TEMPORÁRIA de OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO, nos termos do artigo 1º, incisos I e III, “I”, da Lei nº 7960/89, por ser imprescindível para o avanço da apuração, permitindo à PF realizar diligências a partir dos dados obtidos na ação do dia 26 de junho”.*

A Douta Procuradoria-Geral da República reconheceu estar comprovada a extrema necessidade e adequação da medida, tendo se manifestado pela prorrogação da prisão temporária, nos seguintes termos:

4. A prisão temporária é modalidade de custódia cautelar do investigado por período determinado. No rol de infrações penais previsto na Lei nº 7.960/1989, esse prazo é de cinco dias, prorrogáveis por igual período em caso de “extrema e comprovada necessidade”, conforme disposto na cabeça do art. 2º do referido ato normativo.

5. A “extrema necessidade” a que alude o dispositivo implica a existência de pressupostos ainda mais acentuados da prisão temporária, a qual, de acordo com a literatura

especializada, “se justifica diante da complexidade das investigações” de certos delitos.

6. É exatamente o que ocorre neste inquérito, no qual a contingência de serem realizadas análises e novas diligências, e a ramificação de fatos e pessoas envolvidas, indica que o elástico da validade da medida constritiva é, nesse momento, a única forma possível de assegurar a colheita do material probatório, em toda a extensão. A incompletude das diligências pode tornar vã, inclusive, a privação da liberdade já ocorrida, razão pela qual o pleito se dá em respeito ao próprio sacrifício havido.

7. Em suma, a representante necessita de mais tempo para analisar se há, ou não, nas informações contidas nos bens e documentos recolhidos com Oswaldo Eustáquio Filho, elementos que possam ensejar a realização de novas atividades investigativas cuja efetividade possa ser prejudicada pela atuação do requerido em liberdade.

Ao final, requereu:

10. Feitas as considerações acima, e comprovada a extrema necessidade e adequação da medida à hipótese dos autos, o Ministério Público Federal requer, excepcionalmente, a prorrogação da prisão temporária decretada em desfavor de Oswaldo Eustáquio Filho por mais cinco dias, contados a partir da data da custódia inicial.

11. Solicita, ainda, que seja garantido ao requerido, portador de diploma de instituição de ensino superior, o encarceramento em cela distinta dos presos comuns, em atenção à redação do art. 295, inciso VII, do Código de Processo Penal, combinado com o §1º daquele mesmo dispositivo, ou, subsidiariamente, na carceragem da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal.

É a síntese do necessário.

DECIDO.

Assiste razão à autoridade policial e à Procuradoria-Geral da República, acatando as suas fundamentações para o deferimento do pedido.

De acordo com os arts. 1º, I, e III, alínea "I", e 2º, ambos da Lei nº 7.960/89, a prisão temporária poderá ser decretada quando imprescindível para as investigações do inquérito policial, e quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes de quadrilha ou bando (art. 288, do Código Penal, atualmente "associação criminosa"), dentre outros.

O artigo 2º da Lei nº 7690/89 também prevê a hipótese de prorrogação em caso de extrema e comprovada necessidade, aptas a comprometer a investigação, como bem salientado na manifestação da Procuradoria Geral da República:

9. Por fim, a falta de residência fixa do representado também pode comprometer as investigações, especialmente se houver necessidade de ouvi-lo outra vez em um futuro próximo. Nunca é demais lembrar que, embora o representado tenha logrado se evadir da casa em que estava albergado na SHIN QL 9, conjunto 6, Lote 11, em Brasília, nos vídeos em que gravou para redes sociais fazia uso de expressões que indicavam que ele continuava na capital federal, quando, na verdade, estava em um quarto de hotel em Ponta Porã, cidade que faz fronteira seca com o Paraguai, circunstância que, por si só, indica sua propensão em eludir a aplicação da lei pena

Diante do quadro fático exposto, entendo, portanto, a pertinência da medida, imprescindível para que a autoridade policial avance na análise do material apreendido e na elucidação das infrações penais atribuídas à associação criminosa em toda a sua extensão; bem como analise se há nas informações contidas nos bens e documentos recolhidos elementos que possam ensejar a realização de novas atividades investigativas, além de

PET 8961 / DF

mitigar as oportunidade de reações indevidas e impedir a articulação com eventuais outros integrantes da associação, que obstruam ou prejudiquem a investigação.

Diante de todo o exposto, PRORROGO A PRISÃO TEMPORÁRIA, novamente pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias de OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO.

Findo o prazo, nos termos do art. 2º, § 7º da Lei 7960/89, o requerido deverá ser colocado imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo tenha que permanecer preso.

Defiro, ainda, o pedido ministerial para que seja garantido ao requerido o encarceramento em celas destinadas à custódia de detentos que podem sofrer represálias ou, subsidiariamente, na carceragem da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Distrito Federal.

Dê-se ciência à Procuradoria-Geral da República.

Expeça-se o necessário.

Publique-se.

Brasília, 30 de junho de 2020.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente